

Orgulho da raça escrito na lei

Rafael Wallace



Alunos cotistas da Uerj enfrentarão o desafio de conquistar o mercado de trabalho, tema em debate no Parlamento do Rio

Se as mudanças sociais não se iniciam no Parlamento, é nele que elas se consolidam. E, a partir das leis, a vida dos cidadãos toma novo rumo, escrevem-se novas histórias. No mesmo local em que 1888 os deputados discutiram e aprovaram a Lei Áurea, promulgada pela princesa Isabel no dia 13 de maio, a lei que estabeleceu cotas para o ingresso de alunos afrodescendentes nas universidades públicas estaduais foi aprovada. Se parlamentares debateram qual seria a melhor maneira de solucionar o problema servil, que impedia o desenvolvimento da Nação há 108 anos, hoje discutem formas de permanência dos alunos negros na universidade, buscam

formas de inseri-los no mercado de trabalho e cobram o cumprimento da lei que inclui no currículo escolar a história da África. “As portas estão começando a se abrir, mas ainda há muito a fazer”, explica o advogado Renato Ferreira, coordenador do Programa de Políticas da Cor, do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj. Na semana em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, o JORNAL DA ALERJ mostra os avanços conquistados no Parlamento fluminense pela comunidade negra, e aponta os desafios a serem enfrentados na busca da democracia racial.

PÁGINAS 4 e 5

*Santos Dumont
é homenageado
na Alerj*

PÁGINA 2

*Picciani recebe
senador e
governador eleitos*

PÁGINA 3

*Comissão quer propor
ações de fomento à
nova refinaria*

PÁGINA 7

Honras da Alerj ao Pai da Aviação

CIDINHA CAMPOS CONCEDE MEDALHA TIRADENTES E TÍTULO DE BENEMÉRITO POST-MORTEM A SANTOS DUMONT

PEDRO MOTTA LIMA

O mineiro Alberto Santos Dumont agora é cidadão e benemérito do Estado do Rio de Janeiro, e também comendador, pois além dos títulos *post-mortem*, o Pai da Aviação recebeu a Medalha Tiradentes, no dia 13, um dia após a data comemorativa do centenário do voo do 14-Bis. A deputada Cidinha Campos (PDT), autora da homenagem ao mais importante inventor brasileiro, entregou os diplomas, assim como a mais importante comenda estadual, ao sobrinho-neto de Santos Dumont, Jorge Henrique Dumont Dodsworth.

“Não é novidade a minha preferência em realizar homenagens *post-mortem*, mas reconheço que desta vez esperei demais. Nunca imaginei que a Assembléia, até hoje, não tivesse homenageado Santos Dumont”, disse Cidinha, ao iniciar seu discurso. A parlamentar destacou o estilo criativo e a multiplicidade de interesses do pai da aviação. “Além do avião, ele foi responsável pelo relógio de pulso e construiu um chuveiro de água quente e fria em sua casa, além de criar o simulador de voo. Esta homenagem, mais do que merecida, é uma forma de expressar a nossa gratidão”, explicou a parlamentar.

O Plenário Barbosa Lima Sobrinho foi



Cidinha entregou a comenda ao sobrinho-neto do aviador, Jorge Dumont Dodsworth

tomado por membros da Aeronáutica. “A determinação deste brasileiro deu asas ao sonho de liberdade da humanidade. Além disso, seu invento foi responsável por profundas modificações na economia e na diplomacia mundial, além de trazer desenvolvimento social e modificar toda a geo-política”, ressaltou o vice-diretor de Administração de Pessoal da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Jaime Glacir Taranto. Além de Taranto, o diretor do III Comar, major brigadeiro-do-ar Paulo Hortensio Albuquerque e Silva, compôs a mesa da solenidade, ao lado da deputada, do sobri-

nho-neto de Santos Dumont, do sobrinho-bisneto do homenageado, Alberto Dodsworth Wanderley, e do membro do Conselho Superior do Instituto Histórico da Aeronáutica (Incaer) e historiador Henrique Lins de Barros. Ao final da sessão, o sobrinho-neto do homenageado afirmou que os títulos serão levados para o museu sobre o Pai da Aviação, na cidade de Santos Dumont (MG). “É uma honra receber estas homenagens ao meu tio-avô, um homem que aproximou o mundo, encurtando as distâncias, e que deu glórias ao nosso País”, disse Dumont Dodsworth.

Rafael Wallace

Eleitos visitam presidente da Alerj

O GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL FILHO E O SENADOR FRANCISCO DORNELLES ABREM FRENTES PARA PARCERIAS

FERNANDA GALVÃO E GEIZA ROCHA

Na última semana, o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), recebeu duas visitas que reafirmaram a intenção de manter um bom diálogo entre o Legislativo federal, o Governo do estado e o Legislativo fluminense. No dia 13, o senador eleito Francisco Dornelles (PP-RJ) comprometeu-se, em reunião com Picciani, a trabalhar para atrair investimentos importantes para o estado, como a Linha 3 do metrô e o arco rodoviário. “Queremos fazer com que o Senado seja uma continuação da Alerj, e buscar um entendimento com todos”, ponderou Dornelles. Na mesma semana, no dia 18, Picciani recebeu o governador eleito do Estado do Rio, Sergio Cabral Filho. Na pauta da conversa, a união entre os poderes Legislativo e Executivo fluminenses. “Nossa expectativa é de uma convivência harmônica. Tenho certeza de que Cabral trabalhará para manter a rota de crescimento, melhorando efetivamente a vida da população”, afirmou Picciani.

Para Dornelles, a visita teve um caráter político e outro pessoal. O senador eleito disse querer trabalhar próximo aos interesses da Casa, e acrescentou: “Seremos uma força única na defesa do Rio”. Segundo ele, será necessário, a partir do ano que vem, ouvir e conhecer os novos membros do Parlamento fluminense, a fim de buscar um trabalho conjunto. Ele disse, ainda, que a Casa já mostrou interesse no assunto, ao acompanhar de perto iniciativas como o desenvolvimento da indústria petroquímica, com a construção da nova refinaria da Petrobras, em Itaboraí. Para Picciani, a experiência de Dornelles, que é deputado federal em seu quinto mandato e já foi ministro do Turismo e do Trabalho, será fundamental para atrair a boa vontade do Governo federal para o estado. “Existem questões importantes, como as obras do Pan-Americano, a Linha 3 do metrô e o saneamento da Baixada fluminense, além do endividamento da Cedae, o que compromete muito seu



Fabiano Veneza



Rafael Wallace

Acima, Sérgio Cabral e Picciani reafirmam parceria entre Executivo e Legislativo; abaixo, Picciani recebe Dornelles: senador eleito disse que buscará recursos para obras no estado

poder de investimentos, e sua capacidade poderá permitir a solução destes pontos”, disse Picciani.

Cabral foi recebido com aplausos por deputados eleitos e reeleitos, de diferentes partidos. Picciani elogiou a atuação da oposição nos últimos quatro anos, agindo sempre de forma propositiva e discutindo exaustivamente e com transparência cada uma das mensagens enviadas pela governadora Rosinha Garotinho. “Neste encontro, reforcei que o governador poderá contar com

esta Casa, com o seu partido e com a base de sustentação do Governo, independente de quão dura seja a luta”, disse o presidente da Alerj. Cabral fez questão de sublinhar que respeitará a independência entre os poderes. “Quando os poderes são independentes e harmônicos, quem ganha é a população. Parlamentares de todos os partidos terão autonomia para aperfeiçoar cada peça legislativa, contribuindo para o desenvolvimento do estado”, afirmou o governador eleito.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Sivuca

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Graça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi Ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha, Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Aline Leal, Clarisse Bretas,

Dafne Capella, Fabiano Veneza,

Henrique Santa Maria,

Luciana Mendes, Marcela Palma,

Marcela Maciel, Sérgio Jardim,

Thayssa Plum

Fotógrafo:

Rafael Wallace

Diagramação:

Pedro Koblitz

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Nossa expectativa é de uma convivência harmônica. Tenho certeza de que Cabral trabalhará para manter a rota de crescimento.”

Presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), após reunião com o governador eleito, Sérgio Cabral Filho



“Dizem que o mal nunca vence o bem. No Brasil, a cada dia essas assertivas estão sendo derrubadas. E no Vasco aconteceu isso, o errado venceu o certo.”

Paulo Pinheiro (PP), comentando a eleição de Eurico Miranda para a presidência do Vasco da Gama

“A única certeza que temos hoje é que, se desejarmos voar para qualquer capital brasileira, teremos de enfrentar graves problemas, quer sob o aspecto dos horários, quer sob o aspecto do cancelamento dos vôos.”

Luiz Paulo (PSDB), sobre a greve dos controladores de vôo que tumultuou os aeroportos do País

Deputados buscam, com leis e projetos, corrigir desigualdade histórica

Legislação insere negros nas universidades e na história do País

GEIZA ROCHA E MARCELA PALMA

Com uma série de leis e projetos destinados aos afrodescendentes, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro tem exercido importante papel na luta por reparar injustiças históricas em relação aos negros. A Lei 4.115/03 – que aperfeiçoou a lei que instituiu o sistema de cotas para o ingresso de negros, oriundos da rede pública de ensino, pessoas portadoras de deficiência e integrantes de minorias étnicas nas universidades públicas estaduais – colocou a Casa na vanguarda das ações afirmativas e serviu de exemplo para o restante do País. Na Uerj e na Uenf 20% das vagas estão reservadas para negros, 20% para estudantes da rede pública de ensino e 5% para estudantes portadores de deficiência e integrantes de minorias étnicas. O desafio é garantir a permanência desses estudantes até sua graduação e o ingresso no mercado de trabalho.

Pensando nisso, o deputado Carlos Minc (PT) criou o projeto de lei 3.378/06 que institui um programa de apoio ao estudante durante todo o curso universitário. Segundo o parlamentar, a grande maioria dos cotistas abandonava o curso no primeiro ano, devido à falta de condições financeiras para arcar com custos de transporte, alimentação e material didático. “A manutenção do estudante na universidade é essencial para que a lei de cotas atinja seu objetivo”, afirmou Minc.

Vencido o desafio de dar oportunidades iguais aos estudantes, porém, outro se impõe: o de inclui-los no mercado de trabalho. O projeto de lei complementar 06/03, do deputado Noel de Carvalho (PMDB), que dispõe sobre a reserva de vagas para afrodescendentes em concursos públicos, tem este objetivo. “Já aprovamos cotas para o ingresso na Escola do Corpo de Bombeiros. A luta, que no início era apenas da comunidade negra, hoje reúne pessoas que defendem as ações afirmativas”, analisa a deputada Jurema Ba-



A professora Maria Helena Rolins buscou em cursos extracurriculares mais dados sobre a história da África e dos negros no Brasil

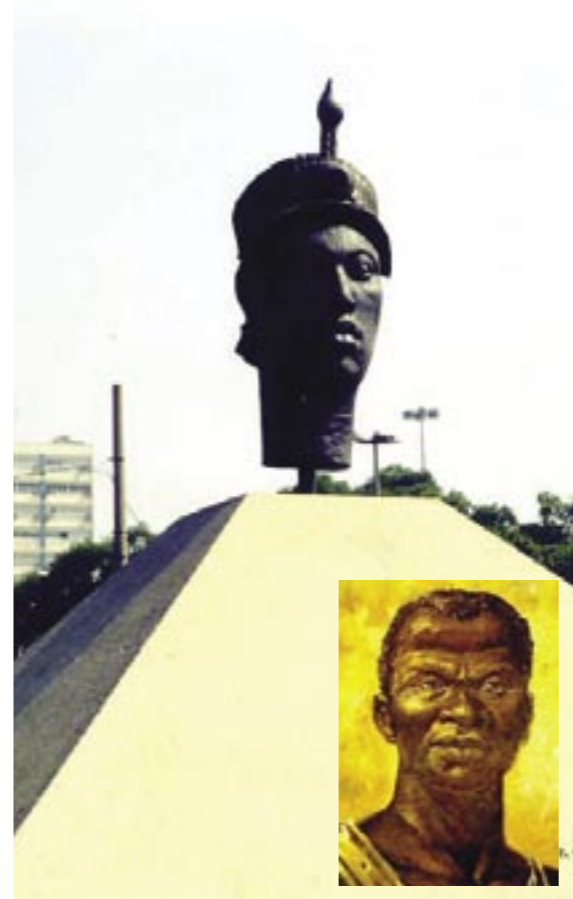
tista (PT), autora de diversos projetos no Parlamento voltados para esta causa. Para Jurema, não adianta formar o aluno se o mercado de trabalho não o absorve. “A sociedade se acostumou a ver o negro em cargos subalternos, pois tem o conceito de que o negro não tem boa aparência. Por isso, a inclusão dos afrodescendentes no mercado de trabalho só vai ocorrer na medida em que o Governo e toda a sociedade assumirem que, para acabar com o racismo, temos que dar oportunidades iguais a todos”, defende.

E como mudar esta realidade? Por meio da educação. Quem respondeu ao desafio foi a Comissão de Educação, Cultura e Desportos, presidida pela deputada Alice Tamborindeguy (PSDB), que criou a Lei 4.528/05, estabelecendo diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado. A partir da lei, as escolas particulares e públicas de ensino fundamental e médio foram obrigadas a incluir o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Esta lei

ainda é recente, mas o conteúdo já está sendo trabalhado no currículo escolar.

Na Escola Estadual Herbert de Souza, os alunos da primeira série do Ensino Médio realizaram uma série de trabalhos, onde procuraram mostrar o negro inserido no mercado de trabalho. “Ainda há pouca bibliografia e livros, mas ensinar a história dos negros nas escolas significa combater o preconceito”, explicou a professora Maria Helena Rolins, que buscou, num curso de pós-graduação, conhecer esta história, que, segundo ela, é recente.

Segundo a coordenadora de Escolas Diferenciadas da Secretaria estadual de Educação, Mariléia Santiago, o Governo vem trabalhando o assunto ao lado das escolas. “Estamos em um processo de transformação dos professores, e esta mudança é lenta e gradual”, explica Mariléia. Outra lei importante é a 3.730/01, do deputado Edmilson Valentim (PCdoB), que instituiu o Conselho Estadual dos Direitos do Negro - Cedine/RJ. “O conselho é um instrumento de luta pela afirmação do direito dos negros”, afirma o parlamentar, acrescentando que, hoje, o Cedine trabalha em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



Busto de Zumbi, no Centro do Rio, é palco de comemorações no Dia da Consciência Negra

Parlamento é, há muito tempo, o local onde as transformações se concretizam



No Império, o Parlamento foi o principal palco de mudanças do século XIX

No local onde hoje está o Palácio Tiradentes ficava a Cadeia Velha. Foi no prédio, em que funcionava a prisão no térreo e o Parlamento no segundo piso, que os conservadores aprovaram em 28 de setembro de 1871 a Lei do Ventre Livre, tornando livres os filhos das cativas nascidos no Brasil. Em 28 de setembro de 1885, abolicionistas aprovaram a Lei dos Sexagenários, que concedia a liberdade aos cativos maiores de 60 anos. A Lei 3.310, de 1886, aboliu os açoites dos escravos, e, em 1888, a Lei Áurea aboliu a escravidão.

Os debates, no entanto, não incluíam a população negra. Joaquim Nabuco, por exemplo, acreditava que a propaganda abolicionista deveria ser dirigida a uma elite letrada que, impulsionada pelos valores culturais europeus, organizaria e conduziria de maneira segura a passagem do trabalho escravo para o livre. Nabuco afirmava que “seria uma covardia inepta e criminoso” direcionar a propaganda aos escravos, que não estavam preparados para assimilar a mensagem. Por isso, a abolição deveria ser feita dentro do Parlamento, por meio de leis, na crença de que os cativos haviam delegado aos abolicionistas a missão de

atuar como advogados na defesa de suas reivindicações e direitos.

Um dia específico para se pensar nas consequências destas transformações só foi conquistado 104 anos depois, quando foi sancionada a Lei 4.007/02, de autoria da deputada Cida Diogo (PT), que instituiu o feriado de 20 de novembro em comemoração ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e o Dia Nacional da Consciência Negra no estado. “O feriado é uma conquista. Antes só existia o 13 de maio como a data de libertação dos escravos. O dia 20 de novembro é um contraponto que lembra um herói que não tinha um projeto só para os negros, mas para o Brasil. A sociedade palmarina uniu brancos, negros e índios, que queriam criar uma república de pessoas com direitos iguais. É esse Brasil que sonho para os meus netos”, analisa a deputada Jurema Batista (PT), que comemorou a data no dia 21 com uma sessão solene no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, onde foram entregues a Medalha Tiradentes pelos 10 anos da Revista Raça e o Diploma Zumbi dos Palmares a pessoas que ofereceram importantes contribuições em defesa dos direitos da comunidade negra.

EM DEBATE: SECRETARIADO DEVE SER TÉCNICO OU POLÍTICO?

JOSÉ BONIFÁCIO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PDT

Indicações nocivas

Rafael Wallace



Após cada nova eleição é salutar trazer à discussão pública o tema da escolha, pelo novo governador, daqueles que irão, com ele, dividir as responsabilidades de administrar o nosso Estado. Nem tudo depende da vontade pessoal do governante, nem pode ser resolvido por meio de decreto. Entra em cena, então, o Poder Legislativo.

Exemplo disso é a Lei Orçamentária, que estabelece como e onde aplicar os recursos provenientes da arrecadação de impostos. O governador eleito Sérgio Cabral Filho já manifestou sua vontade de introduzir modificações na atual proposta orçamentária que se encontra na Alerj, pois ela não atende às diretrizes do novo Governo.

O período entre a eleição e a posse é o melhor momento para o político eleito. Costuma-se dizer que este é o período da lua-de-mel com a população. É nessa fase que ocorrem os entendimentos para a formação do novo Governo. E aí tudo é decisivo: as bases de apoio no Legislativo, o bom entrosamento com os prefeitos, especialmente o da capital, as composições partidárias, a escolha do primeiro escalão.

Quem escolher? O técnico ou o político? A resposta não é tão simples. Mesmo que se indique um técnico para ocupar uma Secretaria de Estado, essa decisão do governador será política, após avaliar as nuances que a envolvem. O ponto que quero levantar é relacionado à danosa prática do “loteamento” que tem sido feito nos diversos órgãos públicos estaduais para beneficiar

“Mesmo que se indique um técnico, a decisão será política”

políticos, normalmente com mandato, e que passam a ser “donos” desses espaços. Na atual gestão, um chefe político manda mais do que o próprio secretário.

Infelizmente isso é verdade em setores essenciais, como Segurança (delegacias, batalhões da PM, órgãos do Detran), Arrecadação (inspetorias de finanças), Saúde (hospitais) etc. Se esta prática não for banida, pouco adiantará ter uma pessoa competente à frente da secretaria responsável por esses órgãos. Técnico ou político, se for competente, faz pouca diferença, desde que não haja o “loteamento” da administração pública.

EDSON ALBERTASSI

DEPUTADO ESTADUAL PELO PPS

Dualidade necessária

Rafael Wallace



Com o fim das eleições e anunciada a vitória do governador Sérgio Cabral Filho, tiveram início as especulações em torno do novo secretariado estadual. A imprensa, políticos, empresários e diversos setores da sociedade fluminense analisaram possíveis nomes e o perfil adotado pelo novo Governo na escolha dos titulares das secretarias: técnicos ou políticos?

Com 15 milhões de habitantes e 92 municípios, o Estado do Rio de Janeiro enfrenta graves problemas sociais que requerem um profundo conhecimento técnico de temas importantes, tais como segurança pública, habitação, saúde e educação. Por outro lado, não basta apenas conhecer, é necessário sensibilidade social e capacidade de liderança, qualidades inerentes à política. As decisões do estado atingem diretamente o cotidiano de milhões de pessoas, e o objetivo principal é a melhoria na qualidade de vida da população. Portanto, não se pode ter um líder sem conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, não adianta um técnico sem liderança e sensibilidade. Esta liderança é fundamental para manter a equipe de trabalho motivada, e a sensibilidade política é também necessária para entender as enormes pressões sociais que assolam o nosso estado.

“Não basta apenas conhecer, é preciso capacidade de liderança”

Com sua larga experiência na vida pública, conquistada no Parlamento estadual e no Senado, e como conhecedor dos problemas do nosso estado, o governador eleito Sérgio Cabral Filho saberá selecionar bons nomes para as secretarias. Confio na escolha dele, que será baseada em um novo conceito de gestão para o estado, um choque administrativo com a implantação de modernas técnicas de gerenciamento da coisa pública, visando ao desenvolvimento econômico, geração de empregos, melhoria na saúde e na segurança, sempre tendo o ser humano em primeiro lugar.

Enfim, acredito que o novo secretariado estadual será formado por cidadãos experimentados em suas áreas de atuação, mas que reúnam as duas características.

Comissão propõe união pela refinaria

INFRAESTRUTURA DA CIDADE QUE SEDIARÁ O COMPLEXO PETROQUÍMICO DA PETROBRAS É PREOCUPAÇÃO DE DEPUTADO

Rafael Wallace



O deputado Sérgio Soares quer investimentos no ensino profissionalizante, em Itaboraí

HENRIQUE SANTA MARIA

Articulações em torno da nova refinaria da Petrobras em Itaboraí, apesar do fim do mandato. Este é o objetivo do presidente da Comissão especial da Alerj que acompanha as obras do novo empreendimento, deputado Sérgio Soares (PTC). O parlamentar, que não concorreu à reeleição, disse que as obras, previstas para começar em 2012, irão mudar o perfil do município, e que é necessário unir os entes da sociedade civil e os políticos do estado em função da nova unidade. “É preciso envolver todos neste processo: a Petrobras, os líderes dos municípios atingidos, o governador eleito, Sérgio Cabral Filho, e os membros desta Casa”, disse ele, ressaltando que, apesar do fim do mandato, em janeiro de 2007, pretende continuar acompanhando o projeto do complexo petroquímico. Outro membro da comissão, o deputado Edmilson Valentim (PCdoB), eleito deputado federal, também pretende acompanhar o andamento da obra e unir a bancada federal do estado no mesmo objetivo.

Valentim disse que pretende levar a discussão ao Congresso Nacional. “Este projeto é fundamental, não só para o estado, mas também para o País. O complexo trará muitos benefícios, mas temos de discutir o tema, uma vez que há muitos problemas ao construir um complexo deste porte, principalmente pelo fato de que os

grandes investimentos da Petrobras não são em terra. Muitos setores têm de ser abordados ainda”, disse Valentim, que pretende manter um intercâmbio com a Casa para tratar do assunto.

Um destes assuntos, segundo Sérgio Soares, é o da preparação da mão-de-obra que vai atuar na refinaria. Segundo ele, Itaboraí carece de recursos no setor de profissionalização, e tem renda *per capita* muito baixa. “As pessoas precisam estar qualificadas, para atender às necessidades do projeto e, assim, evitar que a Petrobras recorra a profissionais de outras regiões”, ponderou. Um dos aspectos que não preocupa o deputado, porém, é quanto à poluição gerada pela nova refinaria. “O complexo está localizado distante das áreas residenciais da cidade, para que as pessoas não tenham contato com a poluição produzida pelo complexo”, esclareceu o parlamentar. Segundo ele, a Petrobras apresentou, em reunião com membros da comissão, um projeto de tratamento da água dos rios locais, determinando que 80% da água utilizada no complexo serão reaproveitados. A água usada e os dejetos despejados na água corrente, em vez de terem seu destino desembocando no mar, voltarão para um tanque, onde serão tratados. “Com isso, haverá menos necessidade de consumo de água de fora do complexo”, disse ele, acrescentando que o tratamento da poluição aérea consistirá em filtros nas chaminés.

CURTAS**Sem-teto**

Após audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj no dia 14, a Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro comprometeu-se a analisar uma proposta de aluguel de um dos seus prédios, na Zona Portuária, que foi ocupado por sem-tetos no dia 6 de outubro. O documento será elaborado pelo Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), com o auxílio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Venda da Varig em xeque

Os depoimentos do dia 16 à CPI que apura a venda da Varig levaram o presidente da comissão, deputado Paulo Ramos (PDT), a afirmar que as ações que culminaram na venda da companhia aérea favoreceram, exclusivamente, os interesses da empresa compradora, a Volo do Brasil, em detrimento dos direitos dos trabalhadores da companhia. O parlamentar questionou a isenção do juiz responsável pelo processo judicial de venda da Varig, Luiz Roberto Ayoub, e criticou os sindicatos controlados pela CUT. “Os sindicatos estão deixando de lado os interesses dos trabalhadores”, afirmou o deputado.

Relatório sobre turismo

O governador eleito Sérgio Cabral Filho recebeu, no dia 16, um relatório elaborado pela Comissão de Turismo da Alerj. O documento traz os principais problemas encontrados em vistorias feitas pela comissão e apresentados em audiências públicas, e também soluções propostas para melhorar a receptividade aos turistas que chegam ao Rio de Janeiro. Presidente da comissão, Glauco Lopes (PSDB) ressaltou que providências devem ser tomadas rapidamente, devido à proximidade com os Jogos Pan-Americanos.

ENTREVISTA CORONEL JAIRO

DEPUTADO PELO PSC

'O povo é que determina o futuro'

SÉRGIO JARDIM

Ver as leis de sua autoria serem cumpridas. Este é o objetivo do deputado Coronel Jairo (PSC), no próximo mandato. "Agradeço a confiança dos meus eleitores e quero retribuir isso", afirma o coronel da Polícia Militar, presidente da Comissão de Segurança Pública da Alerj e líder de seu partido na Casa. O deputado, oriundo da Zona Oeste da capital, obteve o segundo maior crescimento de votos entre os deputados reeleitos – foi de pouco mais de 20 mil votos para 50.818, um crescimento de 150%. Em entrevista ao JORNAL DA ALERJ, o deputado fala sobre os planos e as perspectivas para o segundo mandato, e comenta, ainda, a questão da segurança pública no Rio.



Fabiano Veneza

Quais iniciativas deste primeiro mandato o senhor destaca como mais importantes?

A criação da Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo) foi o carro chefe desse mandato. Criei também a merenda especial para crianças portadoras de diabetes e a lei que determina a instalação de câmeras nas casas noturnas, acabando com a violência dos chamados *pitboys*. No total foram 14 leis nesse primeiro mandato. Mas isso por si só não basta, temos que fiscalizar o cumprimento das leis.

Ao que o senhor atribui os 50.818 votos conquistados neste pleito?

Nesse primeiro mandato priorizei algumas iniciativas que me deram ótimo retorno de imagem, como homem público. A população do estado começou a entender que só aquele que trabalha merece votos. Essa votação foi fruto da minha atuação parlamentar, aqui na Alerj. O povo reconhece quando o deputado apresenta bons projetos, em benefício dele. Imagina quantos votos a criação da Uezo não me rendeu? São incontáveis os alunos beneficiados, sem contar com os pro-

fessores e parentes.

Quais os seus projetos para o próximo mandato?

Quero ver aprovados projetos que ainda se encontram em tramitação. Posso citar o passe-livre para estudantes das universidades estaduais. Pretendo também imple-

"Muito me interessa promover a integração da PM com a comunidade"

mentar o bilhete único para transportes intermunicipais, que inclusive já foi aprovado em primeira discussão. Outra questão que muito me interessa é promover uma integração entre a Polícia Militar e a sociedade. Para isso, temos que trazer a comunidade, para interagir com a corporação através de praticas esportivas. Assim, será possível desmistificar a imagem ruim que a sociedade tem do policial.

Como o senhor enxerga a questão da**segurança pública no estado, tendo em vista o novo Governo que se inicia no ano que vem?**

Segurança Pública é assunto para profissionais, e não para palpiteiros de ocasião. Hoje eu percebo que existem diversos arautos da moralidade tomando decisões importantes. Para se ter segurança é preciso uma perfeita integração em todos os níveis, desde o federal até o municipal. Cada um tem a sua função específica, o estadual com patrulhamento ostensivo e permanente, o municipal zelando pelo patrimônio com presença física, e finalmente o federal, que deve cuidar da porta de entrada das nossas fronteiras coibindo a entrada de armas e drogas no nosso estado. São duas as palavras chaves para coibir a violência: inteligência e integração.

Neste segundo mandato, como o senhor analisa sua trajetória política?

A carreira política é direcionada pelos princípios democráticos. O povo é quem determina o futuro, o parlamentar é um soldado da população. Eles é que vão me dizer se eu mereço votos mais altos. O mandato é da população, como aquele ditado: a voz do povo é a voz de Deus.